



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI nº 008, DE 09 DE MARÇO DE 2018

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
0342	09-03-18	RB

Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno em locais públicos e estabelecimentos privados no Município de Mococa.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 2018, aprovou o Projeto de Lei nº ____/2018, de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o direito de aleitamento materno em locais públicos e estabelecimentos privados no Município de Mococa.

Art. 2º. Toda criança tem direito ao aleitamento materno, como recomenda a Organização Mundial da Saúde, em quaisquer locais públicos e estabelecimentos privados.

Parágrafo 1º. Considera-se local público, para fins dessa Lei, o local aberto ou fechado destinado às atividades e serviços desenvolvidos pelos Poderes Públicos, bem como, praças, ruas e demais logradouros.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Fls. nº 02
Proc. 086 / 2018

Parágrafo 2º. Considera-se estabelecimento privado, para fins dessa Lei, o local aberto ou fechado destinado à atividade industrial, comercial, cultural, recreativa e de prestação de serviços.

Art. 3º. Independentemente da existência de áreas especiais destinadas ao aleitamento, a amamentação é ato livre e discricionário entre mãe e filho.

Art. 4º. O estabelecimento que proibir ou constranger o ato de amamentação em suas instalações está sujeito à multa.

Art. 5º. O servidor ou empregado público que proibir ou constranger o ato de amamentação em locais públicos está sujeito às eventuais penalidades administrativas a serem aplicadas pelo órgão ao qual se encontra vinculado, mediante regular processo administrativo.

Art. 6º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.



Fls. nº 03
Proc. 086/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, _____ de março de 2018.

Elisângela Mazini Maziero Breganoli
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

Desde 1991, a OMS - Organização Mundial da Saúde - em associação com a UNICEF que é o Fundo das Nações Unidas para a Infância, tem empreendido esforços mundiais no sentido de proteger, promover e apoiar o aleitamento materno.

A principal recomendação da OMS relativa à amamentação diz o seguinte: “as crianças devem fazer o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, ou seja, até essa idade, a criança deve tomar apenas leite materno e não deve dar-se nenhum outro alimento complementar ou bebida”.

No âmbito interno, o artigo 227 da Constituição Federal diz que é dever da família, do Estado e da sociedade prover todos os direitos das crianças e adolescentes. E, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 3º reforça o dever de todos na sociedade de assegurar com absoluta prioridade e efetivação os direitos à saúde e alimentação.

Desde a década de 1980, o Brasil tem incluído na sua agenda de prioridades em saúde a promoção e apoio ao aleitamento materno. Em 2008, a II Pesquisa Nacional de Prevalência de Aleitamento Materno, mostrou que 67% das crianças iniciam a amamentação na primeira hora de vida.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Mesmo assim, algumas mulheres se sentem constrangidas ao amamentar em público. Esta realidade tem que ser enfrentada e mudada. Os recém-nascidos necessitam de amamentação em livre demanda e as mães têm o direito de amamentar seus filhos onde estiverem, sem o receio de serem constrangidas ou proibidas.

Pelos motivos acima apresento este Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, _____ de março de 2018.

Elisângela Mazini Maziero Breganoli
Vereadora



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº 086/2018.

PROJETO DE LEI Nº 008/2018.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

DESPACHO

Nos termos do art. 231, §1º., “a” e “b” c.c. art.110, parágrafo único, todos do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

Câmara Municipal de Mococa, 12 de março de 2018.

Elisângela Mazini Maziero Breganoli
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. nº 07
Proc. 086/2018

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 086/2018.

PROJETO DE LEI Nº 008/2018.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: ____/____/____.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: ____/____/____.

Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Bonison.

DATA DA NOMEAÇÃO: ____/____/____.

Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. nº 08
Proc. 086/2018

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 086/2018.

PROJETO DE LEI Nº 008/2018.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: ____/____/____.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: ____/____/____.

Relator



instituto brasileiro de
administração municipal

Fls. nº 09
Proc. 086/2018

PARECER

Nº 3221/2015

- PG – Processo Legislativo. Projeto de lei. Direito ao aleitamento materno. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações.

CONSULTA:

Questiona a consulente, Câmara Municipal, quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 288/15, de autoria parlamentar, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no Município.

RESPOSTA:

A Constituição da República, em seu art. 24, XII, conferiu aos entes da Federação competência legislativa concorrente para dispor sobre proteção e defesa à saúde. Assim, o Município, só é legitimado a legislar sobre o tema no exercício de sua competência suplementar e no âmbito do seu interesse local (art. 30, I e II, da CRFB/88).

Sobre o assunto é pertinente a lição de Gilmar Ferreira Mendes:

"Aos Municípios é dado legislar para suplementar a legislação estadual e federal, desde que isso seja necessário ao interesse local. A normatização municipal, no exercício dessa competência, há de respeitar as normas federais e estaduais existentes. A superveniência de lei federal ou estadual contrária à

instituto brasileiro de
administração municipal

municipal suspende a eficácia desta. A competência suplementar se exerce para regulamentar as normas legislativas federais e estaduais, inclusive as enumeradas no art. 24 da CF, a fim de atender, com melhor precisão, aos interesses surgidos das peculiaridades locais" (In: MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. 1998, p. 824).

O projeto de lei em tela pretende estabelecer que todo estabelecimento localizado no Município deve permitir o aleitamento materno em seu interior, sob pena de multa.

Sobre o aleitamento materno, destaca-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que toda criança tem direito ao aleitamento materno e afirma que toda mãe tem direito de amamentar de forma livre e quando entender necessário.

Dessa forma, haja vista que o aleitamento materno é de suma importância para a saúde das crianças, a propositura sob análise anda bem ao permitir que os estabelecimentos permitam a amamentação, ainda que não tenham espaço reservado para tanto.

Embora até a presente data não exista norma federal ou do Estado de São Paulo nesse sentido, é de se dizer que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo recentemente aprovou o Projeto de Lei nº 414/2015 que trata do mesmo tema e que já foi submetido à sanção pelo Governador do Estado. Uma vez sancionado e publicado o PL estadual, esta lei suspenderá a eficácia da propositura ora analisada, tornando-a, assim, absolutamente desnecessária.

Neste aspecto, convém salientar as lições de Gilmar Ferreira Mendes sobre o princípio da necessidade e o denominado abuso do poder de legislar:



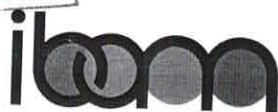
instituto brasileiro de
administração municipal

Fls. nº 11
Proc. 086/2018

"Embora a competência para editar normas, no tocante à matéria, quase não conheça limites (universalidade da atividade legislativa), a atividade legislativa é, e deve continuar sendo, uma atividade subsidiária. Significa dizer que o exercício da atividade legislativa está submetido ao princípio da necessidade, isto é, que a promulgação de leis supérfluas ou iterativas configura abuso do poder de legislar" (MENDES, Gilmar Ferreira. Teoria da Legislação e Controle de Constitucionalidade: Algumas Notas. Revista Jurídica Virtual da Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_01/Teoria.htm).

Todavia, não se pode deixar de mencionar que o art. 4º do projeto de lei estabelece prazo para que o Executivo venha a regulamentar a lei. Quanto à impossibilidade de o Poder Legislativo estabelecer prazo certo para tomada de providências por parte do Executivo, o STF decidiu da seguinte forma:

"Observe-se, ainda, que, algumas vezes, rebarbativamente (art. 84, IV), determinadas leis conferem ao Executivo autorização para a expedição de regulamento tendo em vista sua fiel execução; essa autorização apenas não será rebarbativa se, mais do que autorização, impuser ao Executivo o dever de regulamentar. No caso, no entanto, o preceito legal marca prazo para que o Executivo exerça função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da interdependência e harmonia entre os poderes. A determinação de prazo para que o chefe do Executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva de dever de regulamentar, tenho-a por inconstitucional. Nesse sentido, veja-se a ADI 2.393, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 28-3-2003, e a ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000.3" (STF, ADI 3394, 02.04.07, Min. Eros Grau).



Em suma, ressalvado o disposto em seu art. 4º, o Projeto de Lei nº 288/15, a princípio, se revela constitucional. Não obstante, sugerimos aguardar mais uns poucos dias para verificar se o projeto de Projeto de Lei (E) nº 414/2015 será ou não sancionado tácita ou expressamente pelo Governador do Estado, vez que, nesta hipótese, a propositura local não merecerá prosseguir por malferir o princípio da necessidade, conforme acima esclarecido.

É o parecer, s.m.j.

Carolina Cortes de Novaes
Consultora Técnica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2015.

PARECER

Nº 2630/2017

PG – Processo Legislativo. Projeto de lei que dispõe sobre o direito de amamentação em ambientes públicos e privados no Município. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações.

CONSULTA:

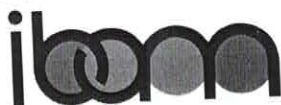
Indaga o consulente acerca da validade de projeto de lei, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre o direito de amamentação em ambientes públicos e privados no Município.

A consulta vem acompanhada da referida propositura.

RESPOSTA:

Inicialmente, para o esboço deslinde da questão, vale registrar que a legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas na proteção ao aleitamento materno.

Como sabido, o aleitamento materno promove uma profunda interação entre mãe e filho, trazendo incomensuráveis benefícios a ambos, na medida em que ajuda no desenvolvimento motor e emocional da criança, ao mesmo tempo que auxilia o útero da mãe voltar mais rápido ao tamanho natural; diminui o risco de hemorragia pós parto e, conseqüentemente, de anemia na mãe e ajuda a mulher a voltar mais



rapidamente ao peso que tinha antes da gestação, diminuindo o risco de câncer de mama e de ovário.

Atento à importância da amamentação, da maternidade, o legislador constituinte de 1988 inclui no rol de direitos e garantias fundamentais o direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (art. 5º, L, da Constituição Federal). Dentre os direitos constitucionais conferidos a todas trabalhadoras, o art. 7º, XVIII, da Lei Maior garante a licença-maternidade de 120 dias consecutivos, sem prejuízo do emprego e da remuneração. O art. 10, II, "b" do Ato das disposições constitucionais transitórias veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da mulher trabalhadora durante o período de gestação e lactação (desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto).

Ainda dentro deste contexto, em âmbito infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê o direito da criança à amamentação, dispondo o art. 9º que o "poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade". A Consolidação das Leis do Trabalho assegura o direito à amamentação durante a jornada de trabalho, prevendo, por exemplo, períodos de pausa para amamentação da criança (art. 396 - parágrafo único, CLT).

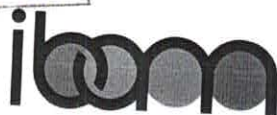
Em cotejo, há de se registrar, outrossim, que o Brasil é signatário da Declaração de Innocenti desde 1º de agosto de 1990 realizada na Itália perante formuladores de políticas de saúde de Governos e a ONU para a proteção ao aleitamento materno, considerando que este "é um processo único e uma atividade que, mesmo tomada isoladamente, é capaz de: reduzir a mortalidade infantil ao diminuir a incidência de doenças infecciosas; proporcionar nutrição de alta qualidade para a criança, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento; contribuir para a

saúde da mulher, reduzindo riscos de certos tipos de câncer e de anemia e ampliando o espaçamento entre partos; proporcionar benefícios econômicos para a família e a nação; quando bem adotado, proporcionar satisfação à maioria das mulheres".

Em que pese as considerações até aqui explicitadas, há de se frisar que no âmbito do Estado de Santa Catarina fora editada a Lei nº 16.396/2014 (Institui a garantia e o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais situados no Estado de Santa Catarina). Havendo lei que versa acerca do mesmo tempo no Estado correspectivo ao Município consulente, a propositura em tela se torna rebarbativa e vulnera, desta forma, o postulado da necessidade. Acerca do postulado da necessidade, informador do processo legislativo, impende colacionar as lições de Gilmar Mendes:

"Embora a competência para editar normas, no tocante à matéria, quase não conheça limites (universalidade da atividade legislativa), a atividade legislativa é, e deve continuar sendo, uma atividade subsidiária. Significa dizer que o exercício da atividade legislativa está submetido ao princípio da necessidade, isto é, que a promulgação de leis supérfluas ou iterativas configura abuso do poder de legislar." (MENDES, Gilmar Ferreira. Teoria da Legislação e Controle de Constitucionalidade: Algumas Notas. Revista Jurídica Virtual da Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_01/Teoria.htm).

Informamos também que tramita perante o Senado Federal projeto de lei (PLS nº 514/2015) que sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação. A referida propositura encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, aguardando designação de relator desde 01/09/2016.



Por derradeiro, cumpre frisar que, não obstante a inviabilidade jurídica do projeto em tela em virtude da violação ao postulado da necessidade, nada impede que a Casa Legislativa venha a instituir um diálogo, promovendo o debate, em seu próprio recinto, com a comunidade local par esclarecer a importância do aleitamento materno e outras considerações acerca do tema.

Isto posto, concluímos objetivamente a presente consulta na forma das razões exaradas.

É o parecer, s.m.j.

Priscila Oquioni Souto
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2017.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 08/2018

INTERESSADO: VEREADORA ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI

ASSUNTO: Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno em locais públicos e estabelecimentos privados no Município de Mococa.

RELATOR: VEREADOR EDUARDO RIBEIRO BARISON

RELATÓRIO

Conforme competência específica desta Comissão, a teor do disposto no art. 78 da Resolução nº 09 de 1992, nosso Regimento Interno, manifesto-me nos seguintes termos:

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME (art. 107, Parágrafo Único, I do R.I.)

Trata-se de projeto de lei de autoria parlamentar dispondo sobre assunto de interesse local e direito à saúde.

Em anexo, pareceres do IBAM, os quais adoto como fundamento do presente voto.

I - CONCLUSÕES DO RELATOR (art. 107, Parágrafo Único, II, "a" e "b" do R.I.)

Inobstante a relevância da propositura, entendo que a mesma não reúne condições de validamente prosperar, uma vez que já dispomos de legislação aplicável à questão, não havendo necessidade de regulamentação municipal.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Nesse sentido ensina Carlos Ari Sundfeld¹:

A atividade legislativa está sujeita a limites jurídicos; não é, destarte, uma operação livre. O Legislativo não é um Poder soberano, mas, como os demais, um poder subordinado à ordem jurídica [...]. O legislador nunca é totalmente livre, ainda quando a Constituição nada tenha disposto sobre o assunto a ser regulado. Donde assistir-lhe a competência para legislar, não há liberdade para fazê-lo. E a competência é, por natureza, um poder dirigido a finalidades estranhas ao agente, a ser destarte exercido 'quando e com as modalidades requeridas pelos correspondentes interesses públicos que deverão ser tutelados', na precisa lição de Paolo Biscaretti di Ruffia.

Em outras palavras, estando a atividade legislativa pautada pelo princípio da necessidade, não faz sentido reiterarmos o que a Constituição e a legislação federal já garante em termos de dignidade da pessoa humana, sob pena de esvaziarmos a própria efetividade do ordenamento jurídico.

No caso, o ato de amamentar – comumente alardeado como “ato de amor” – não se reduz apenas à dignidade da mulher: confunde-se com o próprio direito subjetivo da criança de ter a alimentação mais adequada à sua condição, o que deve ser incentivado tanto pela sociedade quanto pelo Estado.

Assim, nobres colegas de Comissão, meu posicionamento é no sentido de rejeição ao presente projeto, uma vez que o direito ao aleitamento materno já é garantido constitucionalmente, não havendo necessidade de sua regulamentação na esfera municipal.

Sala das Comissões Permanentes “José Luiz Cominato”, 26 de março de 2018.

EDUARDO RIBEIRO BARISON
Relator

¹ SUNFELD, Carlos Ari. Inconstitucionalidade por desvio de poder legislativo. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994, n. 8, p. 131.



Fls. nº 19
Proc. 086/2018

Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

III - DECISÃO DA COMISSÃO (art. 107, Parágrafo Único, III do R.I.)

FAVORÁVEL (acompanha o Relator)	DESFAVORÁVEL (oferece voto em separado)

sábado, 5 de dezembro de 2015

LEI Nº 16.046,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

(Projeto de lei nº 876/11, da
Deputada Vanessa Damo - PMDB)

Institui a campanha de prevenção do câncer de mama denominada mundialmente de "Outubro Rosa", e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituída a campanha de prevenção do câncer de mama denominada mundialmente de "Outubro Rosa", a ser comemorada, anualmente, durante o mês de outubro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância das prevenções primária e secundária do câncer de mama.

Parágrafo único - O símbolo da campanha aludida no "caput" deste artigo será um laço na cor rosa.

Artigo 2º - Veta-se a Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014.

Artigo 3º - Fica assegurado à criança o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados.

Parágrafo único - Independente da existência de áreas segregadas para o aleitamento, a amamentação é o ato livre e discriminatório entre mãe e filho.

Artigo 4º - A infração ao disposto nesta lei acarreta ao infrator a aplicação de multa no valor de 24 (vinte e quatro) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, duplicado na reincidência.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 14º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 16º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 19º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 20º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 21º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 22º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 23º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 24º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 25º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 26º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 27º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 28º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 29º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 30º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 31º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Decretos

DECRETO Nº 61.681,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal em Diversos Órgãos da Administração Pública, visando ao atendimento de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014.

Decreto: Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais), suplementar ao orçamento de Diversos Órgãos da Administração Pública, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 5º, do Decreto nº 61.061, de 16 de janeiro de 2015, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19 de novembro de 2015.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de dezembro de 2015

GERALDO ALCKMIN
Renato Villela
Secretário da Fazenda

Marcos Antonio Monteiro
Secretário de Planejamento e Gestão

Edson Aparecido dos Santos
Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE		01000
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE		
01	APOSENTADORIA, RESERVA	2 64.000,00
	REMUNERADA E REFORMAS	2 64.000,00
TOTAL		
DIGNAL-PROGRAMÁTICA		64.000,00
3.0102.4782	COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIAS	64.000,00
	- CETESB	2 1 64.000,00

TABELA

000	TOTAL				ESPEC
	SECRETARIA DOS TRANSPORTES				LEI
001	METROPOLITANOS				1564
	ADMINISTRAÇÃO SUP. DA SECRETARIA				TOTAL
90 01	E DA SEDE				DE
	APOSENTADORIA, RESERVA	2		10.000,00	DE
	REMUNERAÇÃO E REFORMAS	2		10.000,00	
	TOTAL				
	VINCULADA - PROGRAMADA				

COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIA		10.000,00
09.273.0102.5664	PENSÕES	10.000,00
TOTAL		10.000,00

ORGÃO/UNIDADE/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	VALORES EM REAIS	
	FR	GD VALOR
39000		
SECRETARIA DE SANEAMENTO		
E RECURSOS HÍDRICOS		
DE SANEAMENTO		

39001	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA		
	E RECURSOS HÍDRICOS		
31 90 01	APOSENTADORIA, RESERVA	2	94.000,00
	REMUNERADA E REFORMAS	2	94.000,00
	TOTAL		
	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		
17.273.0102.4551	COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIAS		94.000,00
	PENSIÕES-	2 1	94.000,00
	TOTAL		94.000,00

TABELA 2		SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS			
ORÇAMENTO	MESES	DOTAÇÃO	CONTINGENCIADA	FR	GO	VALOR	
21000		ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO			2	1	10.000,00
		TOTAL					10.000,00
		NOVEMBRO					
25000		SECRETARIA DA HABITAÇÃO			2	1	10.000,00
		TOTAL					10.000,00
		NOVEMBRO					

26000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2	1	64.000,00
	TOTAL			64.000,00
37000	NOVEMBRO			
	SECRETARIA DOS TRANSPORTES			
	METROPOLITANOS	2	1	10.000,00
	TOTAL			10.000,00
	NOVEMBRO			94.000,00
	TOTAL GERAL			
REDUÇÃO				VALORES EM REAIS
LIMITE ANUAL				FR GO VALOR
LIMITE ANUAL				VALOR TOTAL VINCULADOS
LIMITE ANUAL				15646 9º 1º 2 3.650.000,00 3.650.000,00 0,00
LIMITE ANUAL				TOTAL GERAL

39000	SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSO			
	S HÍDRICOS		2	1
	TOTAL			94.00
	NOVEMBRO			94.00

TABELA 3	MARGEM ORÇAMENTARIA	VALORES EM
RECURSOS DORRECURSOS		
TESOURO EPÍFANOS		

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL		VINCULADOS
LEI ART PAR INC ITEM			
15646 9º 1º 2	94.000,00	94.000,00	
TOTAL GERAL	94.000,00	94.000,00	

s 4 de

**DECRETO Nº 61.682,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para o atendimento do Orçamento Fiscal na Assembleia Legislativa do ao atendimento de Despesas Correntes

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), suplementar, para o atendimento de despesas correntes, observando-se:

...mento de
São Paulo,
disposto no
114.

90 (Nove
de Diversos
as classi-

...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...o
...

RECURSOS DORRECURSOS	VALORES EM REAIS
TESOURO EPÍFANOS	FR GO VALOR
ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL VINCULADOS
LEI ART PAR INC ITEM	15646 9º 1º 2 3.650.000,00 3.650.000,00 0,00
TOTAL GERAL	3.650.000,00 3.650.000,00 0,00

data de sua
nro de 2015.
015

Edson Aparecido dos Santos
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de
de 2015.

TABELA 1
ORGÃO/QUADRO/RELEMENTO/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

VALOR
FR GO VALOR

VALOR TOTAL VINCULADOS

LEI ART PAR INC ITEM

15646 9º 1º 2 3.650.000,00 3.650.000,00 0,00

TOTAL GERAL

3.650.000,00 3.650.000,00 0,00

01000	ASSESSORIA	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1
3 3 90 46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1
	TOTAL	
de dezembro	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	
	01.031.0150.4817 FUNCIONAMENTO DO PROCESSO	
	LEGISLATIVO	1
VALORES EM REAIS		
GO VALOR	TOTAL	

REDUÇÃO		VALOR
10.000,00	ORGÃO OU ELEMENTO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR GO VALOR
10.000,00	01000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
	01001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
	4 4 90 52 EQUIPAMENTOS E	
10.000,00	MATERIAL PERMANENTE	1
10.000,00	TOTAL	1
10.000,00	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	
	01.031.0150.4817 FINANCIAMENTO DO PROCESSO	

	LEGISLATIVO	
10.000,00	TOTAL	1
10.000,00		
	TABELA 2 SUPLEMENTAÇÃO	VA
	ORÇAMENTOS MENSALIZAÇÃO CONTINGENCIADA	FR GO
10.000,00	01000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
10.000,00	TOTAL	1
10.000,00	NOVEMBRO	

RECURSOS DORRECURSOS	VALORES EM REAIS
TESOURO EPÍFANOS	FR GO VALOR
ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL VINCULADOS
LEI ART PAR INC ITEM	15646 9º 1º 2 3.650.000,00 3.650.000,00 0,00
TOTAL GERAL	3.650.000,00 3.650.000,00 0,00

REDUÇÃO	VALORES EM REAIS	
AS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR GO	VALOR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1 4	3.650.000,00
TOTAL		3.650.000,00
NOVEMBRO		
MARGEM ORÇAMENTARIA	VALORES EM REAIS	

ESPECIFICAÇÃO		VALOR TOTAL		VINCULADOS
PAR	INC ITEM			
1º	2	3.650.000,00	3.650.000,00	0,00
TOTAL		3.650.000,00	3.650.000,00	0,00

RETO Nº 61.683,
2015

DE DEZEMBRO DE 2012	
Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Casa Civil, visando ao atendimento de Despesas Correntes	
GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no §º 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2010,	

Decreto:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), suplementar ao orçamento da Casa Civil, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de maio de 2015.

publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de novembro de 2015
 Palácio dos Bandeirantes, 4 de dezembro de 2015
 GERALDO ALCKMIN
 Renato Villela
 Secretário da Fazenda
 Marcos Antonio Monteiro
 Secretário de Planejamento e Gestão
 Edson Aparecido dos Santos
 Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro
de 2015.

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS
ORGÃO/UNIDADE/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	FR GO	VALOR
28000		
28001		
28002		
28003		
28004		
28005		
28006		
28007		
28008		
28009		
28010		
28011		
28012		
28013		
28014		
28015		
28016		
28017		
28018		
28019		
28020		
28021		
28022		
28023		
28024		
28025		
28026		
28027		
28028		
28029		
28030		
28031		
28032		
28033		
28034		
28035		
28036		
28037		
28038		
28039		
28040		
28041		
28042		
28043		
28044		
28045		
28046		
28047		
28048		
28049		
28050		
28051		
28052		
28053		
28054		
28055		
28056		
28057		
28058		
28059		
28060		
28061		
28062		
28063		
28064		
28065		
28066		
28067		
28068		
28069		
28070		
28071		
28072		
28073		
28074		
28075		
28076		
28077		
28078		
28079		
28080		
28081		
28082		
28083		
28084		
28085		
28086		
28087		
28088		
28089		
28090		
28091		
28092		
28093		
28094		
28095		
28096		
28097		
28098		
28099		
28100		
28101		
28102		
28103		
28104		
28105		
28106		
28107		
28108		
28109		
28110		
28111		
28112		
28113		
28114		
28115		
28116		
28117		
28118		
28119		
28120		
28121		
28122		
28123		
28124		
28125		
28126		
28127		
28128		
28129		
28130		
28131		
28132		
28133		
28134		
28135		
28136		
28137		
28138		
28139		
28140		
28141		
28142		
28143		
28144		
28145		
28146		
28147		
28148		
28149		
28150		
28151		
28152		
28153		
28154		
28155		
28156		
28157		
28158		
28159		
28160		
28161		
28162		
28163		
28164		
28165		
28166		
28167		
28168		
28169		
28170		
28171		
28172		
28173		
28174		
28175		
28176		
28177		
28178		
28179		
28180		
28181		
28182		
28183		
28184		
28185		
28186		
28187		
28188		
28189		
28190		
28191		
28192		
28193		
28194		
28195		
28196		
28197		
28198		
28199		
28200		
28201		
28202		
28203		
28204		
28205		
28206		
28207		
28208		
28209		
28210		
28211		
28212		
28213		
28214		
28215		
28216		
28217		
28218		
28219		
28220		
28221		
28222		
28223		
28224		
28225		
28226		
28227		
28228		
28229		
28230		
28231		
28232		
28233		
28234		
28235		
28236		
28237		
28238		
28239		
28240		
28241		
28242		
28243		
28244		
28245		
28246		
28247		
28248		
28249		
28250		
28251		
28252		
28253		
28254		
28255		
28256		
28257		
28258		
28259		
28260		
28261		
28262		
28263		
28264		
28265		
28266		
28267		
28268		
28269		
28270		
28271		
28272		
28273		
28274		
28275		
28276		
28277		
28278		
28279		
28280		
28281		
28282		
28283		
28284		
28285		
28286		
28287		
28288		
28289		
28290		
28291		
28292		
28293		
28294		
28295		
28296		
28297		
28298		
28299		
28300		
28301		
28302		
28303		
28304		
28305		
28306		
28307		
28308		
28309		
28310		
28311		
28312		
28313		
28314		
28315		
28316		
28317		
28318		
28319		
28320		
28321		
28322		
28323		
28324		
28325		
28326		
28327		
28328		
28329		
28330		
28331		
28332		
28333		
28334		
28335		
28336		
28337		
28338		
28339		
28340		
28341		
28342		
28343		
28344		
28345		
28346		
28347		
28348		
28349		
28350		
28351		
28352		
28353		
28354		
28355		
28356		
28357		
28358		
28359		
28360		
28361		
28362		
28363		
28364		
28365		
28366		
28367		
28368		
28369		
28370		
28371		
28372		
28373		
28374		
28375		
28376		
28377		
28378		
28379		
28380		
28381		
28382		
28383		
28384		
28385		
28386		
28387		
28388		
28389		
28390		
28391		
28392		
28393		
28394		
28395		
28396		
28397		
28398		
28399		
28400		
28401		
28402		
28403		
28404		
28405		
28406		
28407		
28408		
28409		
28410		
28411		
28412		
28413		
28414		
28415		
28416		
28417		
28418		
28419		
28420		
28421		
28422		
28423		
28424		
28425		
28426		
28427		
28428		
28429		
28430		
28431		
28432		
28433		
28434		
28435		
28436		
28437		
28438		
28439		
28440		
28441		
28442		
28443		
28444		
28445		
28446		
28447		
28448		
28449		
28450		
28451		
28452		
28453		
28454		
28455		
28456		
28457		
28458		
28459		
28460		
28461		
28462		
28463		
28464		
28465		
28466		
28467		
28468		
28469		
28470		
28471		
28472		
28473		
28474		
28475		
28476		
28477		
28478		
28479		
28480		
28481		
28482		
28483		
28484		
28485		
28486		
28487		
28488		
28489		
28490		
28491		
28492		
28493		
28494		
28495		
28496		
28497		
28498		
28499		
28500		
28501		
28502		
28503		
28504		
28505		
28506		
28507		
28508		
28509		
28510		
28511		
28512		
28513		
28514		
28515		
28516		
28517		
28518		
28519		
28520		
28521		
28522		
28523		
28524		
28525		
28526		
28527		
28528		
28529		
28530		
28531		
28532		
28533		
28534		
28535		
28536		
28537		
28538		
28539		
28540		
28541		
28542		
28543		
28544		
28545		
28546		
28547		
28548		
28549		
28550		
28551		
28552		
28553		
28554		
28555		
28556		
28557		

33 30 39	00 00
----------	--

ORGANIZ. ELEMENTO FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA		FR GO	VALOR
28000	CASA CIVIL		
28001	CASA CIVIL		
3 3 90 39	OUTROS SERV. DE TERCEIROS	1	690.000,
	- P. JURIDICA	1	690.000,
	TOTAL		
FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA			690.000,
24.131.2826.5359	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	1 3	690.000,

TOTAL				VALORES EM REAIS	
TABELA 3 MARGEM ORÇAMENTÁRIA					
RECURSOS DORRECURSOS					
TESOURO EPÍFANOS					
ESPECIFICAÇÃO				VALOR TOTAL	VINCULADOS
LEI	ART	PAR	INC ITEM		
15646	9º	1º	2	3.650.000,00	3.650.000,00

00,00	TOTAL GERAL	690.000,00	690.000,00
-------	-------------	------------	------------

DECRETO Nº 61.684,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria de Gestão visando ao atendimento de Despesas Correntes do Poder Executivo do Estado de São Paulo.

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 327.840,00 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais), supletivo.

RECURSOS DORRECURSOS	VALORES EM REAIS
TESOURO EPÍFANOS	FR GO VALOR
ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL VINCULADOS
LEI ART PAR INC ITEM	15646 9º 1º 2 3.650.000,00 3.650.000,00 0,00
TOTAL GERAL	3.650.000,00 3.650.000,00 0,00

EM REAIS	VALOR
650.000,00	
650.000,00	
650.000,00	

650.000,00	quantidade de ex
650.000,00	ofício à Imprensa
	setor de Assinatu
5 EM REAIS	
VALOR	
650.000,00	O envio poderá s
650.000,00	transmitir assina

3.650.000,00	3.650.000,00	0,00
3.650.000,00	3.650.000,00	0,00
3.650.000,00	3.650.000,00	0,00
<hr/>		
RES EM REAIS		
VALOR		

3.650.000,00	
650.000,00	

O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto a qual alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a discriminação na Tabela 3, anexa.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Retroativamente seus efeitos à 30 de novembro de 2015.

João Bandeira, 4 de dezembro de 2015

JO ALCMIN
 Villela
 ario da Fazenda
 os Antonio Monteiro
 ário de Planejamento e Gestão
 y Aparecido dos Santos
 ário-Chefe da Casa Civil
 de Castro Abreu Filho
 ário de Governo
 do Governo, aos 4 de dezembro

SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS	
DELEMENTO/FUNCAO/PROGRAMATICA	FR. GO	VALOR	
SECRETARIA DE GOVERNO			
SECRETARIA DE GOVERNO	1		327.840,00
SERVICOS DE CONSULTORIA	1		327.840,00
TOTAL			

NAL-PROGRAMÁTICA		
2915.5637	ESTUDOS MODELAGEM PPP PARA PRO	327.840,00
1PRIORI		327.840,00
		327.840,00
TOTAL		

REDUÇÃO	VALORES EM REAIS	
	FR GO	VALOR
ORÇAMENTO/FUNCAONAL-PROGRAMÁTICA		
SECRETARIA DE GOVERNO		
VERBA		

SECRETARIA DE GOVERNO		
OUTROS SERV. DE TERCEIROS	1	327.840,00
- P. JURIDICA	1	327.840,00
TOTAL		
ACIONAL-PROGRAMÁTICA		
121.2915.5637 ESTUDOS MODELAGEM PPP PARA PRO.		327.840,00
APPRORI	1 3	327.840,00
TOTAL		327.840,00

MARGEM ORÇAMENTARIA					VALORES EM REAIS		
RECURSOS DORRECURSOS							
TESOURO EPÍFANOS							
ESPECIFICAÇÃO					VALOR TOTAL		VINCULADOS
LEI	ART	PAR	INC	ITEM			
15646	9º	1º		2	327.840,00	327.840,00	0,00
TOTAL GERAL					327.840,00	327.840,00	0,00

DECRETO Nº 61.685,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em Diversos Órgãos da Administração Pública, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

Estado de São Paulo.

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 20.813.814,00 (Vinte milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e quatorze reais), suplementar ao orçamento de Diversos Órgãos da Administração Pública, observando-se as classificações Institucional, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1,

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária de Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 5º, do Decreto nº 61.061, de 16 de janeiro de 2015, de conformidade com a Tabela 2, anexa.



Fls. nº 20
Proc. 086 / 2018

Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Ofício nº 0233/2018-CMM

Mococa, 11 de abril de 2018

Exmo. Sr. Vice-Presidente:

Com fundamento no parágrafo 2º. do art.188 do Regimento Interno, estamos solicitando as providências necessárias visando a retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 008/2018, de nossa autoria, em razão de Pareceres Jurídicos do IBAM Nº 2630/2017 e Nº 3221/2015 e Relatório apresentado pelo Relator do Projeto, todos salientando não necessidade de regulamentação municipal, sobretudo devido à existência de Lei estadual nº 16.047/2015 normatizando a mesma matéria apresentada em nosso Projeto.

Na oportunidade apresentamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI

Presidente

Exmo. Sr.

Carlos Henrique Lopes Faustino

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Mococa

Edifício 'Dra. Esther de Figueiredo Ferraz'

Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa - SP
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: contato@mococa.sp.leg.br

